

Credibilidade em xeque

Especialistas acham que plebiscito sobre moratória da dívida externa não afeta imagem do País

CONSULTA DEIXA NO AR QUESTÃO LEVANTA DA PELA IGREJA: O BRASIL DEVE DAR O CALOTE?

A consulta sobre a moratória da dívida externa, que começou ontem, está caracterizada como um "movimento político". Organizada por um grupo de enti-

dades da sociedade civil, tendo à frente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a consulta sobre a continuidade ou não do pagamento da dívida externa não deve prejudicar a credibilidade do Brasil no exterior. Esta é a avaliação predominante entre economistas, empresários e analistas do mercado financeiro. "Ninguém vai levar isso a sério. A não ser quem acredite nessa lorota", disse o ex-ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, admitindo, porém,

que haverá alguma repercussão internacional. "Será uma demonstração de que parte da sociedade brasileira ainda está no tempo das moratórias", completou o ex-ministro, ponderando que o Brasil ainda hoje paga o preço pela decretação da moratória da dívida externa em 87.

Por temer um novo calote brasileiro, o mercado financeiro internacional ainda cobra juros mais altos dos empréstimos ao País - o chamado "risco Brasil". Discutir se o País deve ser "caloteiro" ou

não é algo totalmente equivocado, segundo o ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola. Esse tipo de debate prejudica as perspectivas de retomada do crescimento, mas não afetará a credibilidade do País porque é uma iniciativa sem consistência. "A CNBB tem tanta autoridade para falar sobre dívida quanto o Banco Central, para falar de religião", disse Loyola. "Se a CNBB quer criticar a política econômica, que o faça. Há muito o que criticar, mas não isso".

O consultor econômico da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Pedro da Motta Veiga, acredita que a consulta não trará consequências diretas ao País, mas alimentará a desconfiança externa em relação à possibilidade da oposição vencer a sucessão presidencial de 2002. "Mantém a orelha em pé", disse Veiga. De imediato, de acordo com ele, a iniciativa evidenciará que "muita gente ainda funciona com a cabeça de 20 anos atrás". "Trata-se de uma mis-

sa encomendada. Uma ação entre amigos", afirmou o economista sobre a evidente caracterização política da iniciativa.

"Acho que temos de honrar nossos compromissos internacionais", afirmou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, totalmente contrário à iniciativa das entidades. Para ele, a discussão deveria ser "como criar receitas, pela via da produção, para pagar o que acordamos".

Voto na hora do passeio

CÉLIA SCHERDIEN

Vontade de votar. Esta foi a justificativa para as pessoas interromperem o passeio do domingo e votar nas urnas distribuídas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na Feira da Torre ou no Parque da Cidade. São 167 urnas itinerantes pelos principais pontos do Plano Piloto. E, 600 em todo Distrito Federal. Na noite de ontem, as urnas foram concentradas nas igrejas cristãs do DF, especialmente as Católica, Anglicana e Luterana. O coordenador do plebiscito no DF, Gilberto Pontes, lembra que as pessoas podem expressar sua opinião até o dia 7. E, hoje, enquanto estiverem passeando pelos shoppings, feiras ou parques certamente encontrarão uma urna. A referência é a bandeira nacional. A urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estará ao lado.

"Gosto de votar. Me faz sentir bem", disse Fernando César Pinilla Villegas, estudante de 21 anos. No Parque da Cidade, ao ver a bandeira



URNA instalada no parque atraiu quem gosta de votar

brasileira, interrompeu sua caminhada, tomou uma ducha fria e aprontou-se para votar. "Defendo uma auditoria nas contas externas". E, ressaltou: "O povo não agüenta mais pagar impostos. Estão falando em aumentar a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras)." Ele reclamou que "o povo quase não tem salário. É só imposto". Na sua avaliação, é preciso verificar o gerenciamento dos recursos públicos e redi-

recionar para a área social.

Carla Karini, estudante 14 anos, defende a auditoria nos empréstimos do governo brasileiro junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), mas não que sejam interrompidos. Sem ter direito constitucional de ser eleitora, ela disse que adora votar, "quando pode". Explicou que os empréstimos "tem peso no desenvolvimento tecnológico e, por consequência, na qualidade de vida das pessoas".

"Problema já foi muito pior"

O economista-senior do banco de investimentos Lehman Brothers, Paulo Vieira da Cunha, acredita que o plebiscito sobre o pagamento da dívida externa brasileira está mal dirigido. "O problema da dívida externa, especialmente a da dívida pública, já foi muitíssimo pior do que é agora. O debate deveria ser sobre o uso do dinheiro público", afirmou. "Em princípio, adquirir dívida para fazer investimentos, por exemplo, não é algo condenável".

O economista observa que, no caso do Brasil, a única forma de o setor público e o setor privado conseguirem recursos a longo prazo é via mercado internacional de capitais, que ainda aceita tomar o risco Brasil por 10, 20 ou 30 anos. A consequência imediata do não pagamento da dívida externa é a falta de acesso ao mercado de capitais, disse ele. "E isso, neste momento, é contra-producente porque o País está crescendo e está começando a surgir um novo surto de investimentos e é preciso financiá-lo", disse. Outro ponto, segundo Cunha,

é que grande parcela da dívida externa pública é com organismos internacionais como o BID e o Banco Mundial, além de organismos bilaterais como o Eximbank norte-americano e a Agência Hermes, da Alemanha.

Para o economista da Lehman Brothers, usar tanto espaço político para discutir uma questão que já não é mais fundamental é um desperdício. Ele ressaltou que o plebiscito sobre o assunto acaba sendo um fator negativo na visão do investidor estrangeiro. "Mas não acredito que o investidor estrangeiro fique nervoso com a situação até porque ele tem consciência de que a dívida externa brasileira já não é um assunto problemático", afirmou.

Outro profissional do mercado novaioquinense, o diretor de pesquisa para renda fixa do banco Santander, Chip Brown, acredita que os investidores estrangeiros não estejam concentrando as suas atenções para a dívida externa brasileira neste momento. "Até o momento, eu não ouvi falar do plebiscito que a

CNBB ou outras organizações estejam promovendo. Ninguém no mercado está prestando muita atenção a este assunto", afirmou Brown. Ele pondera que o pagamento do serviço da dívida externa é sempre importante, pois afeta o balanço de pagamentos do País, mas acrescenta que no momento não há ninguém no mercado internacional preocupado com a capacidade do Brasil de pagar os seus compromissos externos.

Segundo Brown, uma discussão sobre o assunto é o direito de todo o cidadão, "mas quando todas as opiniões forem levadas em conta, o consenso será que trazer o fantasma da moratória ocorrida na década de 80 é algo ruim para o Brasil". Na opinião dele, se por alguma razão o Brasil parasse de pagar os serviços da sua dívida externa, o processo de crescimento econômico e desenvolvimento que estamos observando seria prejudicado. "Mas nem eu nem os investidores estrangeiros esperam que o Brasil interrompa o pagamento dos seus compromissos externos", afirmou.

Chuvas afastam 'eleitores'

A chuva atrapalhou o ato de abertura oficial, em Belo Horizonte, do plebiscito nacional da dívida externa promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em parceria com partidos políticos e movimentos populares. Poucas pessoas participaram do protesto realizado na porta da agência central do Citibank, no centro da cidade, onde foi montada uma urna para receber os primeiros votos.

Faixas e cartazes condenando O Fundo Monetário Internacional (FMI) e a dívida externa, que segundo os coordenadores do plebiscito atinge as cifras de US\$ 240 bilhões, e pedindo a realização de uma auditoria desse débito. "A chuva atrapalhou um pouco, mas as pessoas que passavam pelo local votaram e pararam para saber mais sobre a dívida", afirmou. Carlos Calazans, coordenador do plebiscito em Minas Gerais. Segundo ele, 170 pessoas votaram na urna que ficou instalada em frente ao Citibank de 10h as 12h.

Em Minas Gerais a votação ocorreu em cerca de 680 dos 853 municípios do estado. Foram distribuídas oito mil urnas em todo o Estado, desse total 1.500 foram espalhadas em escolas, igrejas e movimentos populares da região metropolitana da cidade.

Amanhã, o governador de Minas Gerais, Itamar Franco (sem partido), e todos seus auxiliares do primeiro escalão também participam do plebiscito. Eles vão votar às 9h30 em uma urna que será colocada no coreto da Praça da Liberdade, onde fica a sede do governo do Estado.